

Exmo. Senhor  
Dr. Eurico Castro Alves  
Presidente do Conselho Diretivo do INFARMED -  
Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de  
Saúde, I.P.  
Parque de Saúde de Lisboa – Avenida do Brasil, 53  
1749-004 Lisboa

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		DGS/DIR/NPEA	2014

ASSUNTO: SIADAP 1 – Revisão de objetivos/indicadores do QUAR de 2013 do INFARMED –  
Autoridade Nacional do Medicamento e dos Produtos de Saúde, I.P. (OOp7/Ind9 e  
OOp9/Ind11)

No âmbito do Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Serviços da Administração Pública (SIADAP 1), nos termos do Despacho n.º 5/2012, de 22 de março, do Ministro da Saúde, e para os efeitos previstos na alínea d) do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, cabe à Direção-Geral da Saúde (DGS) a análise das propostas de revisão de objetivos/indicadores do QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização) e colocação à consideração superior.

Neste sentido, remete-se cópia do ofício do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde (SEAMS) sobre o parecer técnico referente à proposta de revisão de objetivos/indicadores do QUAR de 2013 da instituição que preside, parcialmente homologado pelo Gabinete do SEAMS a 20 de dezembro de 2013.

Melhores cumprimentos, *Francisco George*

*Francisco George*  
Francisco George

Diretor-Geral da Saúde

Na resposta indicar sempre a nossa referência



A' consideração de Dr. Carlos  
Peres da Vieira.

27/10/2013

*[Handwritten signature]*

Dr. Carlos Peres da Vieira  
Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde

Exmo. Senhor  
Dr. Francisco George  
Diretor-Geral da  
Direção-Geral da Saúde  
Alameda D. Afonso Henriques, 45  
1049-005 Lisboa

Sua referência  
Ofício n.º 13038

Sua comunicação  
09.10.2013

Nossa referência  
Entrada - 11671  
Processo - 73/2013

**ASSUNTO: SIADAP 1 – Revisão de objetivos/indicadores do QUAR de 2013 do INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P. (00P7/Ind9 e 00p9/Ind11)**

Encarrega-me o Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde de acusar o parecer dessa DGS sobre o pedido de alteração da meta do Indicador 9 do Objectivo Operacional 7, assim como do Indicador 11 do Objectivo Operacional 9 do QUAR 2013, Ofício da DGS de 09 de outubro do presente ano, respeitante ao INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e dos Produtos de Saúde, I.P. e de informar:

- Quanto à solicitação da alteração da meta do Indicador 9 (Número de Ações de colaboração institucional desenvolvidas) do Objectivo Operacional 7 (Promover ações de colaboração institucional com vista à internacionalização e competitividade da indústria de produção nacional), do valor de 20 para 7, considera-se que, compreendendo a situação de restrições orçamentais decorrentes do contexto atual:
- a) Este objetivo fixado no QUAR, exatamente porque fixado no QUAR, era entendido como prioritário;
- b) Sendo que era esperado um impacto na atividade proveniente das restrições orçamentais, a revisão dos objetivos, ajustados ao novo orçamento, deveria ter sido realizado logo que possível face à data de aprovação do orçamento. Fazê-lo em Outubro introduz uma situação de desigualdade face às restantes instituições, o que é relevante no quadro da avaliação das instituições, aspecto inerente ao SIADAP 1.
- c) A designação 'Ações de colaboração institucional' é suficientemente vaga para permitir que o INFARMED ajustasse o processo de colaboração à realidade orçamental. Denote-se que o indicador de impacto desta ação, conducente ao propósito do Objectivo Operacional 7, em número de ações, foi proposta do INFARMED.



- d) A aceitação dos argumentos para redução das metas com base na redução orçamental, decorridos 10 meses da aprovação do orçamento, inviabilizaria a expectativa de cumprimento de metas de qualquer das instituições do Ministério da Saúde.
- e) O INFARMED refere 'Por outro lado, a complexidade e o impacto esperado das ações que estamos e planeamos desenvolver até ao fim do ano, só por si, absorvem as verbas e os recursos disponíveis para o efeito, afetando a capacidade de realização de mais ações no ano em curso'. No entanto, não é solicitado nem justificada esta opção por mudança, ainda que parcial, mas substancial, quanto à capacidade e recursos do INFARMED, nos objetivos operacionais aprovados.

Por estes motivos, vários dos quais suficientes, não se homologa a alteração da meta do Indicador 9 do Objectivo Operacional 7, mantendo-se o valor de 20, para fins de avaliação.

- Quanto à solicitação da alteração da meta do Indicador 11 (Número de processos de AIM em que Portugal é Estado Membro Referência iniciados) do Objectivo Operacional 9 (Fomentar a ação de Portugal nos procedimentos comunitários), do valor de 150 para 100, considera-se que o número de pedidos de AIM não é uma variável sob controlo do INFARMED.

Sugere-se que, em QUAR futuros, o INFARMED indique outros indicadores que reflitam o propósito do Objectivo Operacional 9, mas mais dependentes da ação do INFARMED, sugerindo-se, para consideração, aqueles relativos à capacidade e tempo de respostas.

Homologa-se a alteração da meta do Indicador 11 do Objectivo Operacional 9, alterando o valor da meta de 150 para 100, para fins de avaliação de cumprimento do QUAR.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

(João Nabais)

Direcção - Geral da Saúde  
Serv. DIR

ENTRADA

012008 26.12.2019 17:06

Exmo. Senhor  
Dr. João Nabais  
Chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto  
do Ministro da Saúde  
Av. João Crisóstomo, 9 - 5º piso  
1049-062 Lisboa

Dr. Paulo Miguel ✓  
11.10.2013

João Nabais  
Chefe do Gabinete do  
Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde  
Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência  
DGS/DIR/NPEA

Data

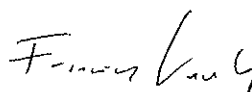
ASSUNTO: SIADAP 1 - Revisão de objetivos/indicadores do QUAR de 2013 do INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e dos Produtos de Saúde, I.P. (OOp7/Ind9 e OOp9/Ind11)

No âmbito do Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Serviços da Administração Pública (SIADAP 1), nos termos do Despacho n.º 5/2012, de 22 de março, do Ministro da Saúde, e para os efeitos previstos na alínea d) do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, cabe à Direção-Geral da Saúde (DGS) a análise das propostas de revisão de objetivos/indicadores do QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização).

Neste sentido, apresenta-se, para homologação, o parecer técnico referente à proposta de revisão de objetivos/indicadores do QUAR de 2013, do INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e dos Produtos de Saúde, I.P.

A decisão que recair sobre a presente parecer será posteriormente enviada ao dirigente máximo do INFARMED.

Melhores cumprimentos,

  
Francisco George

Diretor-Geral da Saúde

MINISTÉRIO DA SAÚDE			
Gabinete <u>SEAM</u>			
Entrada N.º	<u>11671</u>	Data	<u>10/10/13</u>
Entidade		Class.	<u>010.05.02</u>
		Proc.º	<u>73/13</u>



Despacho SEAMS:

☐ Homologo nos termos propostos.

☐ Não homologo.

Observações: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

#### PARECER

Face às conclusões decorrentes da análise, propõe-se que o presente parecer seja submetido, para homologação, ao Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, nos termos da alínea d) do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.

À consideração superior,

*FR* 2013/10/07

#### DESPACHO

1. Concordo com o presente parecer.
2. À consideração do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, no que se refere à revisão de objetivos/indicadores do QUAR de 2013 do presente parecer técnico.

*Francisco George*  
Diretor-Geral da Saúde  
5.10.2013

#### PARECER TÉCNICO: SIADAP 1

**Proposta de Revisão de Objetivos/Indicadores do QUAR de 2013 do INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e dos Produtos de Saúde I.P.**, emitido pela Direção-Geral da Saúde - Núcleo de Planeamento Estratégico e Avaliação (de acordo com Despacho do Ministro da Saúde nº5/2012 de 22 de Março)

O INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e dos Produtos de Saúde I.P. (INFARMED) remeteu, à Direção-Geral da Saúde (DGS), uma proposta de revisão de objetivos/indicadores do QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização) de 2013, com data de entrada de 01-10-2013 (nº 9286).

Cumpra assim analisar a proposta de modo a emitir um parecer técnico relativo ao solicitado.

A proposta apresentada recai sobre:

- a) **Objetivo Operacional 7** [Promover ações de colaboração institucional com vista à internacionalização e competitividade da indústria de produção nacional], **Indicador 9** [Número de Ações de colaboração institucional desenvolvidas], com meta 20, tolerância 2, valor crítico 25 e peso 100%.

O INFARMED propõe a alteração da meta do indicador 9 referindo que *“as restrições orçamentais que decorrem do contexto atual resultam num impacto significativo na estratégia definida no final de 2012 para execução em 2013, no âmbito das ações de cooperação e nas ações institucionais integradas em projetos anteriormente desenvolvidos em parceria (...). Por outro lado, a complexidade e o impacto esperado das ações que estamos e planeamos desenvolver até ao final do ano, só por si, absorvem as verbas e os recursos disponíveis para o efeito, afetando a capacidade de realização de mais ações no ano em curso.”*

Considerando estarem em causa razões políticas e administrativas não previsíveis a justificar a proposta de alteração de meta do indicador 9 (conforme prevê a alínea d) do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro), concorda-se com o solicitado referindo-se que deve constar no QUAR de 2013 do INFARMED, após homologação da tutela, o seguinte conteúdo:

→ Objetivo Operacional 7 [Promover ações de colaboração institucional com vista à internacionalização e competitividade da indústria de produção nacional];

- Indicador 9 – Número de Ações de colaboração institucional desenvolvidas;
  - Meta – 7; Tolerância – 2; Valor Crítico – 10; Peso – 100%.

b) **Objetivo Operacional 9** [Fomentar a ação de Portugal nos procedimentos comunitários], **Indicador 11** [Número de processos de AIM em que Portugal é Estado Membro Referência (procedimentos de Reconhecimento Mútuo e Descentralizado) iniciados], com meta 150, tolerância 10, valor crítico 188 e peso 100%.

O INFARMED propõe a alteração da meta do indicador 11 referindo que *“tem-se verificado uma diminuição do nº de pedidos de AIM incluindo os que solicitam que Portugal atue como Estado Membro de Referência. Esta tendência é verificada também na generalidade dos restantes Estados Membros da EU, sendo irrelevantes ações que possamos desenvolver, para além das que estão em curso, no sentido de inverter esta tendência externa.”*

Considerando estarem em causa razões políticas e administrativas não previsíveis a justificar a proposta de alteração de meta do indicador 11 (conforme prevê a alínea d) do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro), concorda-se com o solicitado referindo-se que deve constar no QUAR de 2013 do INFARMED, após homologação da tutela, o seguinte conteúdo:

→ Objetivo Operacional 9 [Fomentar a ação de Portugal nos procedimentos comunitários];

- Indicador 11 – Número de processos de AIM em que Portugal é Estado Membro Referência (procedimentos de Reconhecimento Mútuo e Descentralizado) iniciados;
  - Meta – 100; Tolerância – 10; Valor Crítico – 125; Peso – 100%.

Face à análise, propõe-se o envio do presente parecer para homologação da Tutela da alteração do QUAR 2013 do INFARMED, nos termos acima referidos, relativamente à alteração da meta do Indicador 9, do Objetivo Operacional 7, assim como do Indicador 11, do Objetivo Operacional 9.

A decisão que recair sobre o presente parecer será posteriormente enviada ao dirigente do INFARMED.

À consideração superior,

07 de outubro de 2013

Núcleo de Planeamento Estratégico e Avaliação